

GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Comissão: **Segurança Pública**

Local: **externo**

Município: **Juiz de Fora**

Data: **13/4/2010**

Horário: **10 horas**

Folhas: **65**

Duração: **2h45min**

Presidente: **Deputado João Leite**

Deputados: **Deputada Maria Tereza Lara**
Deputado Rômulo Veneroso

Participantes: **Vereador Bruno Siqueira**
Maj. José Mendes da Silva
Sra. Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães
Sr. Marcelo Frank
Cel. Anselmo Fernandes da Silva
Delegado Celso Ávila Prado
Sr. Jairo Lúcio Lauro
Delegado Humberto de Mattos Brandão
Sr. Reginaldo Augusto Pícoli
Vereador Flávio Checker
Delegado Saed Divan
Vereador Antônio Martins

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 2

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Há número regimental. Declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura.

Solicito à Deputada Maria Tereza Lara que proceda à leitura da ata da reunião anterior.

O Deputado Rômulo Veneroso - Sr. Presidente, solicito dispensa da leitura.

O Sr. Presidente - Não havendo quem se oponha ao requerimento do Deputado Rômulo Veneroso ou quem sobre a ata queira manifestar-se, dispenso a sua leitura, dou-a por aprovada e solicito aos Deputados que a subscrevam.

Esta reunião tem a finalidade de discutir, em audiência pública, questões relativas à Região Integrada de Segurança Pública - Risp - no Município de Juiz de Fora e discutir e votar proposições da Comissão.

A Presidência registra a presença dos membros da Comissão de Segurança Pública, Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão, e Deputado Rômulo Veneroso. Quero agradecer muito ao Vereador Bruno Siqueira, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, quem convido para fazer parte da Mesa desde já, pela parceria com a Assembleia Legislativa para realizarmos aqui, na Câmara Municipal, esta reunião. Agradeço ainda à Vereadora Ana das Graças, a Ana do Pde. Frederico, e aos Vereadores Antônio Martins, o Tico-Tico; Carlos César Bonifácio; Flávio Procópio Cheker; Francisco de Assis

Código do documento: 790163

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 3

Evangelista, o Chico Evangelista; Isauro de Calais Filho; João Evangelista de Almeida; José Emanuel Esteves de Oliveira; José Laerte da Silva Barbosa; José Mansueto Fiorilo; José Soter de Figueirôa Neto; José Tarcísio Furtado; Júlio Carlos Gasparette; Luiz Carlos dos Santos; Noraldino Lúcio Dias Júnior; Roberto Cupolillo; Rodrigo Cabreira de Mattos; e Wanderson Castelar Gonçalves, que também contribuíram para a realização desta audiência. Convido ainda a tomar assento à Mesa o Cel. Anselmo Fernandes da Silva, Comandante da 4ª Região da Polícia Militar, aqui representando o Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; o Dr. Celso Ávila Prado, Chefe do Departamento de Polícia Civil de Juiz de Fora, representando o Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; o Dr. Humberto de Mattos Brandão, Delegado da Polícia Federal em Juiz de Fora, representando o Sr. Jerry Antunes de Oliveira, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais - o Dr. Humberto está acompanhado do nosso amigo Delegado Cláudio Dornelas, que serviu por tantos anos em Belo Horizonte, é um prazer revê-lo e obrigado pela presença; o Sr. Jairo Lúcio Lauro, Presidente do Consep Nordeste em Juiz de Fora - é muito importante a presença dos representantes de conselhos comunitários de segurança, de associações comunitárias; a Sra. Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães, Superintendente Regional de Ensino em Juiz de Fora, representante da Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado de Educação; e o Sr. Marcelo Frank, Técnico da Área de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social -

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 4

Regional de Juiz de Fora, representando Ana Lúcia Gazzola, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social. E ainda registro e agradeço a presença dos Srs.: Delegado Saed Divan; Reginaldo Augusto, Presidente do Conselho Deliberativo do Consep Nordeste; Maj. José Mendes da Silva, Subsecretário de Defesa Civil da Secretaria de Estado de Administração e Recursos Humanos, representante do Sr. Custódio Mattos, Prefeito Municipal de Juiz de Fora; e Cap. Márcio Borges Pena, representando o Comando do 21º Batalhão de Ubá. Sei que há presentes vários Comandantes de companhias e de batalhões. Se puderem dar seu nome para a Daniela, que está ali, teremos muito prazer em registrar a presença de todos.

Neste início quero passar a palavra ao Vereador Bruno Siqueira, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

O Vereador Bruno Siqueira - Bom-dia, senhoras e senhores. Gostaria de saudar, cumprimentar e agradecer ao Deputado João Leite por esta audiência e pela preocupação da Assembleia Legislativa com o Município de Juiz de Fora, com a nossa região e, principalmente, com a região da Zona da Mata de Minas Gerais. Quero saudar ainda o Deputado Rômulo Veneroso, o Deputado Tenente Lúcio e a Deputada Maria Tereza Lara, que compõem esta comissão. Saúdo os Vereadores Júlio Gasparette, Isauro Calais, o Tico-Tico e Wanderson Castelar e agradeço-lhes a presença. Faço uma saudação especial ao Dr. Celso, Chefe da Polícia Civil, ao Dr. Humberto Brandão e ao Dr. Cláudio Dornelas, da Polícia Federal, e ao Cel. Anselmo, nosso amigo e Comandante da Polícia Militar, que também estão aqui presentes para

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 5

discutir conosco a segurança na região. Quero também saudar os representantes de Conseps e das comunidades aqui presentes.

É muito importante, Deputado João Leite, realizarmos uma audiência como esta aqui na Câmara Municipal. A segurança pública em Juiz de Fora e região tem demonstrado, pela competência de seus gestores, que está funcionando - e funcionando muito bem. Mas é muito importante que possamos debater, aprofundar, discutir e aprimorar os conceitos de segurança pública. Vejo aqui presente o Dr. Rafael, da Polícia Civil. É exatamente com o fortalecimento dos Conseps - em Juiz de Fora são bem fortalecidos os Conseps das zonas norte, nordeste, sul e noroeste - junto às Polícias Militar e Civil, à Polícia Federal em alguns casos e às entidades de segurança pública que melhoraremos, a cada dia, a segurança em nosso Estado e na Zona da Mata de Minas Gerais.

A presença da Assembleia Legislativa é fundamental nesse processo. Estivemos comentando com o Deputado Rômulo Veneroso a ausência dos representantes da Zona da Mata para fazer um trabalho junto à Assembleia. Existem hoje poucos Deputados Estaduais da região de Juiz de Fora - o Deputado Marcus Pestana, como todos sabem, é mais ligado à área da saúde -, mas há muitos outros que não são da região, como os senhores, que também estão preocupados com a Zona da Mata e a segurança pública e fazem um excepcional trabalho para aumentar a nossa segurança. Muitos Deputados aprimoram os direitos das pessoas. Acompanhamos o trabalho do Deputado João Leite na área de direitos humanos há muito tempo na Assembleia Legislativa e mostramos ao

cidadão e à população de Minas Gerais a importância do trabalho parlamentar. Digo sempre que os parlamentares, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais são os pilares da democracia. E trabalhos como esse que o senhor está fazendo nesta comissão mostram que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem desempenhado um grande papel para os mineiros e para o nosso Estado. Muito obrigado pela presença. Vocês estão de parabéns pelo trabalho que realizam. Esperamos que os debates sejam enriquecedores. Temos uma grande Polícia Militar, uma grande Polícia Civil e uma Polícia Federal que atua com muita competência em nossa região, e essa discussão só vem fortalecer e engrandecer os trabalhos da Assembleia Legislativa. Muito obrigado e bom-dia a todos.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Presidente. Tivemos o apoio desta Câmara recentemente em outro trabalho realizado na Comissão Especial da Execução das Penas no Estado. O trabalho encerrado por aquela comissão, que teve um prazo para realizar seu trabalho, hoje está afeto à Comissão de Segurança Pública da Assembleia. Há duas semanas, com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, a Assembleia Legislativa assinou um convênio para que seja informatizado todo o sistema de execução de penas em Minas Gerais. Esse é o produto final do trabalho daquela comissão. Tivemos oportunidade de apresentar esse trabalho ao Conselho Nacional de Justiça. Quero apenas informar que, apesar de terem sido encerrados os trabalhos daquela comissão, a Comissão de Segurança Pública é titular para acompanhar a execução do relatório feito. Esse é um

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 7

esforço da Comissão de Segurança Pública da Assembleia e da própria Assembleia Legislativa para ir às 17 Risps. Com essa política adotada pelo governo do Estado, estamos completando hoje, aqui em Juiz de Fora, a nossa décima visita. Já estivemos em Uberaba, Uberlândia, Unaí, Montes Claros, Teófilo Otôni, Governador Valadares, Ipatinga e Pouso Alegre; falta cumprirmos ainda algumas visitas e irmos a Curvelo. Por fim, estaremos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Estaremos em Vespasiano, Betim e Contagem fazendo esse trabalho junto às Risps, conhecendo essa política, seus números e a realidade de cada lugar.

Já temos anotadas algumas coisas. Cada reunião dessas produzem notas taquigráficas, documentos, e teremos, ao final, um resumo, um relatório consolidado de cada visita. Assim, nos dias 2 e 3 de setembro, a Assembleia Legislativa realizará um fórum técnico com especialistas e fará a análise de todos esses relatórios. Terminado esse fórum técnico, a Assembleia produzirá um livro que subsidiará perante documentos legais, para que se manifeste em relação a eles. O ano que vem é o da feitura do Plano Plurianual de Ação Governamental. Queremos, na parte de segurança, que a Assembleia Legislativa tenha muitas informações para contribuir na sua discussão. O PPA do governo federal é discutido todo ano na Assembleia Legislativa e, no próximo ano, teremos a sua feitura. Haverá também muitas informações importantes para trabalhar, como as do Orçamento do Estado, que receberemos no segundo semestre deste ano.

É importante dizer que algumas coisas já são muito claras para nós, e contamos com depoimentos importantes em todo o Estado. Falta efetivo em alguns lugares tanto à Polícia Civil quanto à Polícia Militar e também à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal. Podemos falar claramente que o nosso grande problema é o tráfico de drogas. Há uma demanda muito grande por drogas. Os números de Uberlândia, por exemplo, demonstram que 70% dos crimes ocorridos lá estão ligados a tráfico de drogas. São documentos muito densos, com muito conteúdo, que colhemos durante as nossas visitas. Fiz aqui esta análise inicial, este preâmbulo - sei que o Comandante e o Delegado levam muito a sério esta audiência - para mostrar como esses depoimentos são importantes para a Assembleia Legislativa. Sabemos, por exemplo, que esta Casa terá de agir fortemente no orçamento porque sentimos que a integração das polícias está indo muito bem. Houve diminuição de crimes violentos em várias regiões do Estado de Minas Gerais. Se fazemos uma forte repressão, há a presença ostensiva da polícia, a Polícia Civil está investigando bem. Porém não estamos atuando fortemente na demanda, pois são muitos os usuários.

Na sexta-feira, visitamos a "cracolândia" de Belo Horizonte, onde tivemos contato com os jovens. Hoje 500 pessoas vivem naquele local. É um grande problema; é preciso um esforço do Estado para a recuperação desses jovens dependentes, investir em sua recuperação. Amanhã, faremos uma reunião na Assembleia Legislativa para discutir a "cracolândia" de Belo Horizonte, mas ela existe no Estado inteiro. Precisamos de uma ação para recuperar os usuários de

drogas porque, senão, as nossas polícias continuarão prendendo muito, já que a demanda é muito alta. Muita gente está usando "crack" e outras drogas, do que tomamos conhecimento a partir das audiências que realizamos em todo o Estado.

Agradeço a presença de todos, em especial dos Comandantes da Risp. As informações são muito importantes. Gravaremos todas as falas, que farão parte do relatório final. Sinto porque essa região tem 86 cidades. Enviamos convites a todas, pois não é possível irmos a cada uma delas, mas viemos até aqui com a expectativa de que as cidades enviassem representantes de Conseps, da comunidade, de que as Prefeituras participassem. Para vocês terem uma ideia, a grande demanda na "cracolândia" de Belo Horizonte, que ajudará a minorar o problema, é abrir uma rua, pois a que existe não está aberta, apenas nela há algumas invasões. Abrindo-se a rua, há possibilidade de atuação maior da polícia, e os dependentes não ficam tão escondidos para usarem drogas, além do que haveria uma melhor iluminação. Por isso é importante a participação das Prefeituras nesta discussão. Agradecemos a presença dos Comandantes da Risp e passamos a palavra para o Cel. Anselmo e para o Delegado Celso Ávila Prado, a fim de que façam a apresentação da região. Têm a palavra os Chefes da Região Integrada de Segurança Pública. Com a palavra, o Cel. Anselmo Fernandes da Silva.

O Cel. Anselmo Fernandes da Silva - Bom-dia a todos. Saúdo o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública; a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Rômulo Veneroso. Gostaria de

Código do documento: 790163

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 10

saudar também os Vereadores: o Presidente da Câmara, meu caro amigo Bruno Siqueira; Julinho Gasparette; Isauro Calais; Tico-Tico e Castelar. Saúdo os componentes da Polícia Federal aqui presentes; o Dr. Ávila, na pessoa de quem cumprimento os Delegados da Polícia Civil; o Corpo de Bombeiros, por meio de seu representante; os Presidentes de Conseps e de toda a comunidade; o meu amigo Maj. Mendes, representante da Guarda Municipal; os Comandantes de unidades - aqui estão presentes o Comandante do 21º Batalhão, com sede em Ubá, e o Comandante do 47º Batalhão, com sede em Muriaé, e o Maj. Nazário, Comandante da 6ª Companhia Independente de Leopoldina. A razão do nosso atraso - pelo que peço desculpas - é o fato de hoje estarmos com o Igesp, que é o instituto que faz a contabilidade da nossa gestão, das metas estipuladas e dos acordos firmados com o governo. Essa cobrança coincidiu com a presença dos nobres Deputados. Agradeço a vinda dos senhores.

Hoje está escrito, em matérias dos principais jornais da região, no seu editorial, que segurança pública tem de fazer parte de qualquer programa de governo. É exatamente isso que disse brilhantemente o Presidente da Comissão, o Deputado João Leite: os políticos, em qualquer dimensão do ente federativo, seja municipal, seja estadual, em suas agendas, tem de dar destaque à segurança pública, sob pena de o governo não ter o êxito esperado. Tenho certeza de que a vinda dos senhores tem o intuito de conhecer problema, mas também o firme propósito de ajudar as agências policiais, as agências que prestam qualquer tipo de serviço de

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 11

prevenção criminal, e, principalmente, ouvir as comunidades nos seus anseios, nas suas reivindicações para, assim, gerar leis e orçamentos que nos ajudem. Enfim, é uma vinda de auxílio, e não meramente de cobrança.

Peço vênica em virtude de a minha apresentação ser um tanto quanto didática, até porque números devem ser apresentados. Farei uma pequena parte introdutória, falarei sobre efetivo, viaturas, ações preventivas realizadas pela Polícia Militar, e o Dr. Celso dará prosseguimento à nossa apresentação falando do trabalho de investigação, dos inquéritos concluídos, dos Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCOs - realizados pela Polícia Civil, como também das suas ações e planos em face do avanço da criminalidade. (- Procedese à apresentação de transparências.)

Como é de conhecimento dos senhores, a 4ª Região Integrada de Segurança Pública - Risp - tem sua sede na cidade de Juiz de Fora, que é a cidade-polo da região, com aproximadamente 650 mil habitantes. Há outras cidades importantes, da ordem de 100 mil habitantes, como é o caso de Muriaé, Ubá, Viçosa, Cataguases e Leopoldina, as principais da região, que totaliza 86 Municípios, sendo coincidente com a Zona da Mata. Ali está a nossa divisão espacial: em Juiz de fora, são dois batalhões, uma companhia e a 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil; em Ubá, são um batalhão e a 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil; em Muriaé, temos o 47º Batalhão e a 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil; e, finalizando, a cidade de Leopoldina conta com uma companhia independente, que tem o mesmo

"status" de um batalhão, e a 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil. Portanto, nos foram dados, para tomar conta e fazer as políticas de segurança pública e de defesa social, uma população de aproximadamente 1 milhão e meio de pessoas, cerca de 21.000km² em termos geográficos, sendo que fazemos região fronteira com o Estado do Rio de Janeiro em aproximadamente 300km². Antecipo que, paradoxalmente, embora isso pareça algo preocupante, sofremos muito pouca influência do Estado do Rio de Janeiro nessa área de 300km².

Contamos hoje com um projeto que se chama Cinturão de Segurança, em que todos os Municípios limítrofes com o Estado de Minas Gerais sofreram uma ação e um investimento maciço por parte do governo; todos receberam computadores, viaturas, pessoal, armamento adequado, meios de comunicação; enfim, todos esses Municípios estão muito bem dotados tanto de pessoal quanto de recursos materiais para a execução de suas tarefas. Temos o privilégio de ter o primeiro prédio construído pelo Estado. Os senhores já tiveram a oportunidade de ir a Uberlândia, onde um prédio foi repassado às Polícias Civil e Militar, por uma questão do Fisco, por um acordo firmado entre o Grupo Rezende e o Estado de Minas Gerais, que o repassou à Polícia Militar. Em Juiz de Fora, não: o prédio foi edificado e é onde funciona a 4ª Região Integrada de Segurança Pública.

Integrada mesmo, porque todos os andares são integrados. No último andar, que é o da Chefia, estão as Chefias da Polícia Militar e a do Corpo de Bombeiros. Não é um por andar: cada setor é realmente

integrado a partir da chefia, da assessoria e dos centros operacionais.

Relativamente às questões de criminalidade, fizemos uma série histórica dos anos de 2007, 2008 e 2009, com o índice de criminalidade - não o índice de criminalidade violenta, que engloba crimes de maior potencial ofensivo, de que falaremos daqui a pouco. Esse aí é o índice de criminalidade em Juiz de Fora e região. Os senhores podem ver que a criminalidade está controlada. A variação um pouco para cima ou um pouco para baixo ocorre em qualquer lugar do mundo onde uma população vive. É claro que não haverá crime na Antártida, mas haverá em qualquer outro lugar. O importante é conseguir controlar a criminalidade, porque a variação é muito pequena, apesar de que, de 2008 para 2009, que é o nosso último ano consolidado, houve queda da criminalidade. Esse aí é o comparativo da criminalidade para cada grupo de mil habitantes, entre o primeiro trimestre de 2009 e o de 2010. Trabalhamos com grupos de mil habitantes, e não de 100 mil habitantes, que é a taxa básica, porque a maioria dos nossos Municípios não têm mais que 6 mil habitantes. Houve queda de 10% no índice de criminalidade dos dois primeiros trimestres do ano passado e deste ano.

Aqui, um mapa representativo da criminalidade: as áreas em que a cor verde está mais forte são as regiões que mais nos preocupam. O mapa é bastante explicativo. Aqui, vemos o índice de criminalidade violenta, que são os crimes que mais nos agridem: homicídio, tentativa de homicídio, roubos, principalmente roubo a mão

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 14

armada, estupros, extorsões. Percebemos também que há uma tendência de queda nesses índices. No gráfico que mostraremos depois, Deputados, veremos que, na região da Zona da Mata, voltamos a índices do final da década de 90. No ano passado, englobando-se todos os crimes, houve uma queda 18% no índice de criminalidade. Comparativamente também houve queda de 17,9% nos dois primeiros trimestres. Aqui, o gráfico a que me referi ainda há pouco. Se fizermos um comparativo do ano de 2009 com o começo da década, veremos que houve um pico nos anos de 2005 e 2006 e, de lá para cá, com os programas, investimentos e metodologia de gestão, que foi mais importante, mudou-se a mentalidade de se fazer a gestão policial das agências policiais. Com isso, estamos voltando a patamares do início da década, do início do século.

No mapa explicativo da criminalidade violenta, vemos o eixo que liga Ubá a Viçosa. Partimos de Juiz de Fora, passamos por Ubá e chegamos a Viçosa e Muriaé. Esses são os Municípios em que mais nos preocupa a criminalidade, mesmo porque são os que têm mais habitantes. Como relatei há pouco, uma variação pequena tanto para baixo quanto para cima é normal. Em 2008, houve aumento no número de homicídios e, em 2009, queda de 16%, o que equivale a 6,85% homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. O senhor falou em planejamento a longo prazo, mas a meta governamental para 2011 é de 14,58% para cada grupo de 100 mil habitantes no Estado e, para 2023, 5 homicídios. O senhor pode observar que estamos chegando à meta estipulada para 2023. Em compensação, volto a repetir, tivemos uma

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 15

sazonalidade no mês de fevereiro, que foi atípico quanto à variação da criminalidade. Estou me referindo à região inteira, e não apenas a Juiz de Fora. A média mensal nos 86 Municípios é de 6 homicídios. Sazonalmente, no mês de fevereiro, ocorreram 23 homicídios. Estamos estudando a causa, mas, imediatamente, já adotamos algumas medidas, como investigação muito bem-realizada pela Polícia Civil, que apontou caminhos para a prevenção. Então, a partir do primeiro mês do segundo trimestre deste ano, esses índices começaram a cair. Depois, o Dr. Ávila pode falar disso com mais propriedade.

O índice de elucidação dos homicídios nesta Risp especificamente é bem-expressivo, o que mostra que o trabalho da Polícia Civil é muito bem-realizado. Ali, os Municípios que nos preocupam, como, por exemplo, Piau, e que estão identificados com a cor vermelha. Em termos absolutos, há que se ter uma percepção de como isso é diferente do número relativo. Se em uma cidade há um homicídio durante um ano inteiro e no outro ano esse número subiu para dois, houve aumento de 100%. Então, em termos absolutos, os nossos números são muito baixos. Portanto, como já disse, a criminalidade é controlada. Se Juiz de Fora for colocada no "ranking" dos Municípios com mais de 200 mil habitantes, veremos que estamos numa situação - não digo confortável, porque criminalidade nunca é confortável - privilegiada e controlada em relação às outras cidades de mesmo porte ou até mesmo menores, como é o caso de Governador Valadares, que tem aproximadamente 250 mil habitantes.

Esta foi uma apresentação regional e demográfica da 4ª Risp sobre a criminalidade. Agora falaremos especificamente sobre a Polícia Militar - o Dr. Celso falará sobre a Polícia Civil. Para enfrentar os atos infracionais e fazer prevenção, que é o mais importante, nesses 86 Municípios contamos com o efetivo de 3.100 policiais, sendo que metade deles se encontra na cidade de Juiz de Fora. Isso é natural, porque, como os senhores sabem, a região tem aproximadamente 1.200.000 habitantes, e 600.000, ou seja, a metade, vivem em Juiz de Fora.

Quanto a recursos materiais, temos um total de 359 viaturas, que nos proporcionam locomoção e visibilidade e fazem o policiamento caminhar. Ali, naquele quadro temos as viaturas básicas, que são 134. Viaturas básicas são as viaturas de quatro rodas que geralmente carregam dois policiais e fazem radioatendimento básico, o trabalho preventivo, atendendo às demandas da comunidade feitas por meio do 190. Dessas 134 viaturas, 55 são da frota terceirizada, ou seja, não nos preocupamos com manutenção de viaturas. Esse é um avanço fenomenal. Recordo-me de épocas - não estou fazendo crítica a nenhum governo - em que íamos até os Prefeitos e empresários, colocando em risco até a nossa isenção logística, para pedir apoio, de pires na mão, para conserto de viaturas, aquisição de computadores e uma série de outras coisas que facilitariam o nosso trabalho. Hoje, temos convênio com as Prefeituras, que, aliás, nos ajudam muito. As Prefeituras têm papel fundamental na segurança - e têm de ter mesmo. Não só as Prefeituras, mas toda a sociedade civil tem de ter

Código do documento: 790163

participação efetiva na segurança. Atualmente toda a nossa frota é composta por viaturas 4 x 4, com no máximo três anos de uso. Em Juiz de Fora temos uma frota terceirizada, então não precisamos nos preocupar com manutenção das viaturas. Se uma viatura estragar ou houver um pequeno acidente, a empresa tem de colocar outra no lugar imediatamente, assim o trabalho da polícia não é interrompido. Na última visita que fez a Juiz de Fora, o Governador nos contemplou com um helicóptero. Somos a 3ª cidade do interior do Estado que recebeu essa ferramenta, que é fundamental para as ações e as operações policiais: há um em Uberlândia e outro, em Montes Claros.

Relativamente às metas estabelecidas pelo governo para segurança pública, no que diz respeito a cada uma das forças, a meta da Polícia Militar é o aumento da apreensão de armas. De 2009 até agora, houve o aumento de 15% na apreensão de armas de fogo. É importante salientar que armas, assim como drogas, são combustível para violência. A grande maioria dos crimes é efetivado com armas de fogo.

O senhor disse que os crimes relacionados com a droga representam percentual de 70% em Uberlândia. Temos documento que mostra que nossa situação não é muito diferente, apesar do número ser um pouco menor. O envolvimento com droga e arma de fogo é responsável pela criminalidade, principalmente em homicídios, na faixa de 40%. O Dr. Ávila poderá falar melhor sobre esse aspecto, uma vez que a estatística dele é melhor que a minha, pois ele trabalha com o caso investigado e eu trabalho com a notícia preliminar dos delitos. A

apreensão de arma de fogo é importante. A comunidade aqui presente pode vislumbrar, por intermédio das notícias de jornal, que somos enfáticos no combate ao uso não permitido de arma de fogo.

Em termos de programas preventivos, podemos notar a atuação da Polícia Militar em 2009, num programa relativo à erradicação de drogas, principalmente nas escolas. Tomamos as antigas 4ª e 6ª séries, agora 5º e 7º anos, e percebemos a Polícia Militar agindo não apenas repressivamente, mas no foco do uso e do tráfico de drogas. No ano passado, em parceria com o Grupo Votorantim, conseguimos o incremento de turma de professores do Proerd. O investimento da Votorantim foi da ordem de R\$50.000,00 e nos possibilitou dobrar nossa capacidade de trabalhar com crianças e ser formadores de opinião. Não quero apenas falar sobre o malefício causado pela droga, mas colocar o policial como exemplo positivo, como exemplo de moral a ser seguido pelas crianças, aumentando o combate na raiz do tráfico e do uso de drogas. Chamo a atenção para o número de 17 mil alunos atendidos no ano passado. Com esse "plus" que mencionei, praticamente dobraremos nossa capacidade de atendimento. A senhora é do Município? Então esse número interessa à senhora. Em Juiz de Fora, em todas as reuniões em que os resultados são cobrados, somos elogiados pela nossa capacidade de prevenção. Costumo sempre citar o exemplo da saúde. O Programa Brasileiro contra a Aids é reconhecido mundialmente pela distribuição de remédios e pela gratuidade do tratamento. Mas de nada adianta isso se cada cidadão não fizer sua parte. Ou seja, se as pessoas não usarem preservativos e se não forem menos promiscuas, o

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 19

governo pode injetar o dinheiro que quiser, mas não acabará com o problema da aids. Faço este comparativo com a segurança pública: podemos atuar com força de segurança integrada, com a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e a Guarda Municipal. Mas, se a comunidade e, principalmente, cada cidadão não fizer sua parte, ficará muito difícil para os agentes policiais combaterem o avanço da criminalidade. Fazemos essa campanha em conjunto com o CDL, a Prefeitura e vários outros parceiros que nos ajudam. Em todos os anos em que lançamos essa campanha, distribuimos "folders" e panfletos, fixamos cartazes em ônibus e em estabelecimentos comerciais, chamando a população para fazer seu papel, que é se autorresguardar.

Foi publicada no jornal de hoje, Srs. Deputados, uma notícia sobre senhora que foi assaltada dentro do ônibus e de quem roubaram R\$6.000,00. É a terceira vez em que ela sofre esse tipo de delito. Aparentemente, em visão crítica, dizemos que não é possível que essa senhora tenha sido assaltada três vezes e ninguém faça nada. Onde estão as polícias? Ela é vendedora de vale-transporte. Ela vai para seu ponto no mesmo horário, no mesmo dia, volta de lá no mesmo horário, no mesmo dia, e todos sabem que ela carrega consigo o valor da venda dos vales-transportes. Ora, oportunamente alguém perceberá isso e verá que é ganho fácil. Se ela não se resguardar, não será assaltada só três vezes, mas continuará a ser assaltada a vida inteira. Ela tem de se resguardar, tem de tomar medidas autoprotetivas. Isso é para chamar a atenção da comunidade para o fato de que segurança não se faz apenas com agentes de força, mas com

participação comunitária. Isso faz parte da mesma campanha em que colocamos pessoas renomadas, como o atleta Giovane, que é da cidade, assim como atores e pessoas de relevância na cidade, como a ex-BBB Josy. Temos vídeo que foi levado a efeito na mídia televisada, em que temos os dois atores do Zorra Total.

- Procede-se à apresentação de vídeo.

O Cel. Anselmo Fernandes da Silva - O programa foi custeado pelo CDL. Houve participação de segmento da sociedade organizada, com patrocínio de rede de televisão das mais vistas na região. Ali está mostrada a situação de Juiz de Fora; a abrangência da TV atinge os 86 Municípios. Estes eram os dados que gostaria de apresentar em termos numéricos e da ação da Polícia Militar. Deixo a palavra com o Dr. Celso, que falará mais especificamente sobre a participação brilhante da Polícia Civil no nosso Município e na nossa região. Estou à disposição para o esclarecimento de algumas perguntas e para ouvir as críticas, que são sempre muito bem-vindas. Muito obrigado.

O Delegado Celso Ávila Prado - Bom-dia a todos. Cumprimento o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública; a Deputada Maria Tereza Lara; o Deputado Rômulo Veneroso; o Cel. Anselmo, a quem parablenizo pela brilhante, direta e concisa explanação; todos os policiais militares presentes e nominados; o Vereador Bruno Siqueira, Presidente da Câmara Municipal, assim como todos os Vereadores nominados; os auxiliares e os funcionários do Poder Legislativo, que nos honram cedendo este espaço, a Casa do povo; os Delegados; os policiais civis presentes; a imprensa; a

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 21

sociedade constituída e representada não só em Juiz de Fora, mas em toda a região, também nominada pelos que me antecederam. É muito importante ressaltar o trabalho não só da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa mas todo o trabalho que os Deputados mineiros têm feito para a gestão do Estado, auxiliando o Poder Executivo, ditando leis que avançam em prol da comunidade e servindo, acima de tudo, de referência para os outros entes federativos. Isso é o que observamos e acompanhamos. Discutir os temas afetos à sociedade como um todo gera trabalhos e investimentos. Isso nos conforta, porque observamos Minas Gerais na vanguarda dos acontecimentos e dos avanços, servindo de exemplo: a Assembleia, o governo e os empresários.

- Procede-se à apresentação de transparências.

O Delegado Celso Ávila Prado - Inicialmente falarei sobre o quadro de servidores da Polícia Civil. Temos as carreiras de Delegado de Polícia. A 1ª Delegacia Regional de Juiz de Fora possui 39 Delegados de Polícia, 46 Escrivães, 176 Agentes de Polícia, 7 Médicos-Legistas e 23 Peritos Criminais, num total de 291 servidores, que compõem o quadro da 1ª Delegacia Regional de Juiz de Fora. Na 2ª Delegacia Regional, que é Ubá, temos 17 Delegados, 28 Escrivães, 84 Agentes de Polícia, 3 Médicos-Legistas e 8 Peritos Criminais, que totalizam 140 servidores em Ubá. Na 3ª Delegacia Regional, que é Leopoldina, houve alteração, e as cidades não foram colocadas. Um total de 14 Delegados estão lotados em Leopoldina, 15 Escrivães, 59 Agentes, 2 Médicos-Legistas e 4 Peritos Criminais, que totalizam 94

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 22

servidores. Em Muriaé, temos 14 Delegados de Polícia, 12 Escrivães, 59 Agentes, 4 Médicos-Legislas e 6 Peritos Criminais, num total de 95 servidores naquela delegacia. No 4º Departamento de Polícia Civil, que abrange todas as Delegacias nominadas, temos 84 Delegados de Polícia, 101 Escrivães, 378 Agentes, 16 Médicos-Legistas e 41 Peritos Criminais, que totalizam 620 servidores.

Assumimos o 4º Departamento de Polícia Civil há 70 dias e determinamos diagnóstico completo do quadro de servidores. Ou seja, precisamos saber quais servidores estão na iminência de se aposentar, quais servidores e quantos estão em tratamento de saúde, quais servidores e quantos estão afastados do seu cargo, para termos diagnóstico completo do 4º Departamento. Além do mais, o governo do Estado, por meio de decreto, estabeleceu quadro de distribuição de pessoal para a Polícia Civil. É diagnóstico completo do Estado, em que está estabelecida, por critérios técnicos e científicos, a demanda desses quadros de servidores a serem destinados em Minas Gerais. Juiz de Fora e região também fazem parte desse quadro.

Aqui estão os dados estatísticos e as metas do principal produto da Polícia Civil, os inquéritos policiais e os termos circunstanciados de ocorrência. Em 2009, tínhamos como meta a produção de 8.957 inquéritos policiais. Realizamos 13.483 inquéritos policiais, que variam nos mais diversos crimes. Esses inquéritos podem conter, em sua estrutura, 10 laudas, 20 laudas, 1.500 laudas, dependendo do crime a ser apurado, cada qual com sua complexidade. São inquéritos finalizados, concluídos, que apontam autoria e

materialidade à Justiça pública da comarca. Chegamos a produzir 153% além do que foi estabelecido como meta. Tínhamos como meta produzir 13.901 TCOs. O termo circunstanciado de ocorrência é utilizado para os crimes de menor potencial ofensivo, que afligem e incomodam a comunidade, e foram realizados 20.008 TCOs. Isso significa 152% além da meta estabelecida.

Esta planilha sofreu alterações que não foram implementadas. Alguns erros foram detectados - erros materiais, de digitação - e foram corrigidos. Fazendo comparativo dos inquéritos policiais entre 2009 e 2010, no primeiro trimestre observamos aumento significativo. O ano de 2009 está marcado com o gráfico azul e 2010 com o gráfico vermelho, mostrando a produtividade dos inquéritos policiais. Este comparativo do TCO também demonstra aumento significativo em sua produção. A Polícia Civil tem passado por mudanças em sua estrutura e em seus conceitos e suas metodologias. O governo do Estado contratou o Instituto de Desenvolvimento Gerencial para trabalhar conosco. O IDG é empresa privada conceituada, que presta serviço de assessoria a grandes empresas nacionais e multinacionais. Ele tem acompanhado, observado e levantado os problemas da instituição, apontando o que pode ser melhorado em nossos serviços e aprimorado em prol da comunidade. Aí está a quantidade de inquéritos policiais relatados no ano de 2009. Tínhamos como meta relatar 8.957 inquéritos, mas produzimos 13.462 inquéritos policiais. Uma meta cumprida com tranquilidade, dedicação e esforço de cada servidor da Polícia Civil, exercendo sua função, mudando a

Código do documento: 790163

metodologia, com planejamento e dedicação na feitura de sua atribuição prevista nas Constituições Estadual e Federal. Quanto aos TCOs, observamos oscilação no gráfico. De acordo com a meta em azul, verificamos que houve aumento. Tínhamos como meta, em 2009, a produção de 13.091 TCOs. Conseguimos confeccionar esses termos, com a produção de provas técnicas, de elementos levados para o interior do TCO, apontando os culpados para a Justiça. Conseguimos o resultado de 20.016 TCOs.

Passamos para algumas operações de destaque levadas a efeito neste ano de 2010. A polícia apreendeu pasta-base e armas em Juiz de Fora. Temos aqui o grupo tático de operações de tóxicos, homicídios e crimes contra a família. Esse grupo foi instituído com o intuito de absorver todas as demandas existentes nessas áreas. É grupo especializado, que está em fase de execução e será transformado em delegacias especializadas. Estamos nos aprofundando em estudo para provar à administração superior da Polícia Civil e ao governo do Estado a necessidade de criação dessas delegacias especializadas. Como dito, a Polícia Civil passa por transformação e profunda adequação em seus conceitos, suas metodologias, seus avanços, suas deficiências, de forma a prestar o melhor serviço à comunidade.

Aqui mostramos a maior apreensão de drogas no ano. Realizamos a apreensão e a prisão de várias pessoas envolvidas com o tráfico, crime que incomoda muito à sociedade e tem trazido consequências irreparáveis à família, aos princípios basilares da sociedade, e tem atingido a todos de forma negativa. Aí mostramos a

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 25

apreensão de 532 munições, 5 armas e 8kg de cocaína, que foram retirados do comércio e da traficância por marginais. Este é "trailer" de fachada, que ficava na Avenida Sete. Lá foi desmontado esquema de tráfico de drogas, de comércio, por meio de "motoboy", com estratégias visando à distribuição de drogas ilícitas. Reportagem divulgada na mídia local informa que a comunidade tem informações a respeito e que acompanhou a apreensão de adolescente com 110 pedras de "crack". Estamos acompanhando e estudando a forma, as maneiras de utilização de adolescentes por grandes traficantes, que visam à impunidade, em razão do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estas políticas não dependem, como o Coronel disse, somente da atuação das forças de segurança pública. Dependem do envolvimento da comunidade e do Legislativo, na elaboração de leis severas. Também dependem de alterações do Executivo, por meio de políticas públicas em todos os níveis. Segurança pública não é só problema de polícia mas de toda a sociedade, de todos os poderes constituídos, com o envolvimento de toda a sociedade no combate ao crime. Reforço a integração e a gestão da segurança pública. Metodologia implantada pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Defesa Social, perpassa por todas as instituições, envolvendo a comunidade. Hoje, coincidentemente, houve reunião do Igesp, no ambiente da Risp, e todos os atores envolvidos foram chamados para participar desta discussão. Precisamos conhecer isto profundamente, participar da melhor forma possível e buscar soluções práticas. Sabemos que somente investimentos não é suficiente. Tivemos avanços, como demonstrado, e

o governo do Estado tem implementado planejamentos a curto, médio e longo prazos, que são de extrema importância. Ressalto o envolvimento das Polícias Federal e Rodoviária Federal e do sistema prisional. Todos esses atores devem ser chamados a ser partícipes desta nova metodologia.

Ressalto que poderíamos demonstrar outras coisas, mas, para não me delongar, considero o que mostramos suficiente para abrir a discussão. Estamos à disposição da Comissão de Segurança Pública no que for possível esclarecer. Estou aqui recém-chegado, como ressaltou o Cel. Anselmo, e levarei algum tempo para assimilar todo o processo, mas, com boa vontade, interesse e apoio da equipe, conseguiremos realizar bom trabalho. Ressalto a importância de vocês estarem presentes nesta audiência pública. Espero que tenhamos excelente dia de trabalho. Mais uma vez, ressalto o trabalho desta Comissão e da Assembleia Legislativa em prol do cidadão. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Agradeço ao Cel. Anselmo e ao Dr. Celso Ávila. Solicito que retornem à Mesa, por favor, para darmos continuidade a nossos trabalhos. Registro a presença do Cap. Andrassy Teixeira Celeste, Chefe da 4ª Seção do Corpo de Bombeiros, representando o Ten.-Cel. Rodney de Magalhães, Comandante do 4º Batalhão de Bombeiros Militar. Passo a palavra ao Delegado de Polícia Federal, Dr. Humberto de Mattos Brandão, que representa Dr. Jerry Antunes de Oliveira, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais. Agradeço muito ao Delegado a presença. Em todas as 10 audiências da Comissão, temos

contado com a presença da Polícia Federal, muito interessada nesta discussão. V. Exa. tem a palavra, por favor.

O Delegado Humberto de Mattos Brandão - Senhoras e senhores, integrantes da Mesa, bom-dia. De acordo com a Constituição Federal, em seu art. 144, segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e será exercida para manutenção da ordem pública e integridade do patrimônio de todos. É necessário que se faça releitura do texto constitucional, porque este estabelece parâmetros mínimos de atuação do Estado. É necessário que façamos releitura para estender o alcance da norma constitucional, não só para manutenção do patrimônio e da segurança de todos mas também para integridade de todos os direitos dos cidadãos. Quando digo todos os direitos, refiro-me aos direitos sociais, ao trabalho, ao lazer, à educação. Exemplo prático que envolve segurança pública diz respeito à possibilidade de o cidadão sair de casa com seu filho, em uma tarde de domingo, ir ao estádio, assistir a uma partida de futebol e voltar para casa são e salvo, tendo preservado seu direito ao lazer e à sua integridade física. No que diz respeito ao Estado, a Constituição diz que é dever do Estado. Esse dever não se limita apenas e tão somente a ações repressivas, mas se refere principalmente à atuação preventiva. Temos o exemplo, na Colômbia, do sociólogo Hugo Acero, que foi Secretário de Segurança Pública por três administrações consecutivas. Acero conseguiu importante feito no período de 1995 a 2003, reduzindo a taxa de homicídio em 80% daquela que era considerada uma das Capitais mais violentas do mundo. O segredo do

Código do documento: 790163

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 28

sucesso da fórmula implementada por Acero foi integrar medidas de repressão e aplicação de políticas sociais e de desenvolvimento. A pobreza não gera criminalidade. Ela pode fomentá-la, porque o Estado não se faz presente naquelas áreas, gerando a oportunidade de o crime acontecer. É fato que, nas áreas mais pobres, o índice de criminalidade é mais elevado. Repito que isso não significa dizer que a pobreza gera criminalidade; significa que o Estado não está se fazendo presente. Hugo Acero é Secretário do Banco Interamericano de Desenvolvimento e também Secretário das Nações Unidas para Assuntos de Segurança Pública.

Este debate é importante para estabelecermos as metas e a forma de atuação do Estado, como bem citado pelos colegas. Temos de estabelecer estratégias, preocupando-nos não somente com a repressão, que é importante, mas sobretudo com a prevenção. No que diz respeito ao cidadão, o legislador constituinte teve sua preocupação ao dizer, no art. 144, que segurança pública é direito do cidadão, mas também responsabilidade de todos. Isso é para definirmos qual é o papel do cidadão. O Coronel disse que não adianta a atuação da polícia se o cidadão não se precaver, não tomar medidas para evitar que o crime aconteça. De outras formas, formas mais diretas, existe possibilidade de atuação do cidadão, como levando a notícia-crime para a Polícia Civil instaurar o inquérito ou até mesmo para a Polícia Militar.

Desta forma deixo a mensagem da Polícia Federal, ressaltando que estamos sempre à disposição e pretendendo fomentar

esta integração entre as forças policiais e também o Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado, Delegado Humberto de Mattos Brandão, pela presença, representando a Polícia Federal neste encontro. Está também conosco à Mesa o Maj. José Mendes da Silva, Subsecretário de Defesa Civil, representando a Secretaria de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, a quem agradeço a presença. Com a palavra, o Sr. Jairo Lúcio Lauro, Presidente do Consep Nordeste, a quem agradeço a presença.

O Sr. Jairo Lúcio Lauro - Bom-dia aos senhores, às senhoras, aos Deputados e aos Vereadores. Viemos para ouvir, mas, como o senhor nos concedeu esta oportunidade, gostaríamos de relatar as dificuldades enfrentadas pelo nosso Consep Nordeste, instalado há dois anos. Trabalhamos em parceria com a Polícia Militar, que tem obrigações, as quais cobramos e temos obtido respostas; por outro lado, enfrentamos dificuldades em razão do sistema prisional. Por exemplo, o Ceresp está superlotado. A polícia prende; quando chega à delegacia, é lavrado o TCO, baseado em leis, mas o infrator retorna à sua residência antes mesmo de a própria polícia. Para a Polícia Militar, é difícil trabalhar. Entendemos também o lado da Polícia Civil, em razão do nosso sistema prisional. Temos hoje o Centro Socioeducativo do Santa Lúcia.

O Sr. Presidente - O Centro de Internamento para Medidas Socioeducativas ao Adolescente em Conflito com a Lei.

O Sr. Jairo Lúcio Lauro - Recebemos adolescentes de Andradas, de Machado e do Sul de Minas. Agora, nesses dias, fiquei sabendo que receberemos adolescentes de Mariano. Nossos adolescentes não têm espaço. Isso preocupa também a nós do Consep Nordeste. Trabalhamos em parceria, para vermos a cidade tranquila e nossa região como lugar melhor para viver. Agradecemos a oportunidade e esperamos que a visita dos senhores seja produtiva. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Jairo, que prestou informações importantes para nosso trabalho. Conhecemos a realidade da estrutura prisional em Juiz de Fora e também as medidas socioeducativas. Muito obrigado. Encaminharemos isto. Com a palavra, a Sra. Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães, Superintendente Regional de Ensino de Juiz de Fora.

A Sra. Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães - Cordialmente, cumprimento todas as autoridades presentes e os convidados que participam desta audiência pública. Com grande honra e satisfação, a Superintendência Regional de Ensino, representando a Secretaria de Educação de Minas Gerais, faz-se presente. Esperamos que estas discussões venham implementar ações cada vez mais eficientes e eficazes, a fim de conseguirmos atender realmente às diretrizes das políticas públicas. No tocante à educação, temos contado muito com o apoio das Polícias Militar e Civil quando necessário, uma vez que é do conhecimento da comunidade que temos escolas em regiões de risco. Temos desenvolvido projetos em parceria, o Proerd, como o Cel. Anselmo disse, o qual tem dado resultados

excelentes na formação de nossas crianças e adolescentes. A própria Secretaria de Educação tem desenvolvido projetos. Posso destacar o Escola Viva, Comunidade Ativa, que tem sido muito importante no combate à violência e à droga em nossas escolas. Como foi dito pelos que me antecederam, não podemos deixar de acreditar que a segurança pública é feita por todos nós. Na educação, mais do que nunca, estamos conscientes da nossa responsabilidade e gostaríamos de continuar contando com este apoio nos âmbitos municipal e estadual. Estamos abertos para a implementação de outras ações necessárias. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras da Profa. Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães, pois também entendemos que a educação tem papel fundamental, já que sabemos que mais de 90% de nossas crianças e adolescentes estão nas escolas. Trata-se de grande oportunidade para trabalhar com elas e com as famílias. Com a palavra, o Sr. Marcelo Frank, representando a Secretaria de Desenvolvimento Social e também a Secretária Ana Lúcia Gazolla.

O Sr. Marcelo Frank - Bom-dia a todos. Na pessoa do Presidente Deputado João Leite, cumprimento a todos os convidados. Como servidor público do Estado, represento a Secretária Ana Lúcia Gazolla, a pedido da nossa Secretaria de Desenvolvimento Social, que tem muita interface com a segurança pública. Notadamente, quando trabalhamos na área da assistência social e do trabalho e na área dos direitos humanos, temos em mente que as políticas públicas podem ser integradas, para contribuírem com a amenização da escalada da

violência em nosso Município e em nosso Estado. Para isso viemos participar, ouvir, aprender e levar à nossa Secretaria conhecimentos sobre a área de segurança que estejam ligados à polícia social como um todo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Marcelo Frank. Entendemos que essa área de assistência social é muito importante, pois a criança e o adolescente estão ligados à Secretaria de Desenvolvimento Social também. Com a palavra, o Maj. José Mendes da Silva, Subsecretário de Defesa Civil, representando a Secretaria de Administração e Recursos Humanos.

O Maj. José Mendes da Silva - Deputado João Leite, em cuja pessoa cumprimento todos os integrantes da Mesa, Srs. Vereadores, integrantes das Polícias Militar e Civil e sociedade; em nome da Prefeitura de Juiz de Fora, gostaríamos de ressaltar que a segurança pública nesta cidade trabalha em total integração. A Guarda Municipal, com um ano e cinco meses de existência, tem desempenhado bom trabalho junto à comunidade, e temos contado com o apoio das Polícias Militar, Civil e Federal. Nosso trabalho é totalmente integrado, e temos participado de todos os eventos sobre segurança pública do nosso Município. Acredito que, somente por meio da integração, faremos com que nossa cidade tenha tranquilidade e ambiente saudável para todos. Agradeço a participação nesta assembleia. A Prefeitura de Juiz de Fora está disposta a colaborar e a participar de todos os eventos em prol da segurança pública e da tranquilidade da nossa comunidade. Muito obrigado.

O **Sr. Presidente** - Muito obrigado. Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública.

A Deputada Maria Tereza Lara - Bom-dia a todos e a todas; ao nosso Presidente Deputado João Leite, que nos propicia percorrer todo o Estado com nossa Comissão, para conhecermos as realidades; ao Deputado Rômulo Veneroso, nosso colega da Comissão e residente em nossa cidade, Betim; a todas as autoridades presentes; às Polícias Civil, Militar e Federal; ao nosso Presidente da Câmara, Vereador Bruno, que nos acolheu de maneira tão atenciosa, em cuja pessoa cumprimento todos os Vereadores; aos Conseps; e à Profa. Nyrce, representante da Secretaria de Educação, em cuja pessoa cumprimento todos os representantes das secretarias estaduais presentes, pois também sou professora. Sr. Presidente Deputado João Leite e Deputado Rômulo Veneroso, parece que estamos em certo oásis. Como temos percorrido todo o Estado, confirmamos que, de acordo com os relatos, esta região ainda enfrenta problemas, já que, de fato, a segurança pública exige trabalho permanente, e ainda há alguns gargalos, como é o caso do sistema penitenciário. Sempre tenho especificado este aspecto, e vemos que este é um dos graves problemas a ser resolvido em Minas Gerais e no País inteiro. Em Minas Gerais, a situação é também muito grave, mas vemos alguns aspectos muito positivos, como a integração das polícias, os equipamentos e o envolvimento da comunidade. É interessante que, enquanto os senhores, o Cel. Anselmo e o Dr. Celso falavam sobre as Polícias Militar e Civil, fiquei

Código do documento: 790163

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 34

pensando na Conferência Nacional de Segurança Pública, que foi convocada em 2009 pelo governo federal, ocasião em que foi muito especificado este espírito de que a segurança pública não mais é feita sem a participação das três esferas do Poder e da sociedade civil. Verificamos isso na prática e, com muita ênfase, aqui. Creio que este é um dos aspectos que tem colaborado muito com este avanço.

Profa. Nyrce, neste caso, entra a prevenção. As políticas sociais são importantes, mas a educação é fundamental. Um dos pontos que gostaria de frisar é que nosso Estado e nosso país têm de caminhar para termos escolas em tempo integral, pois esse é o caminho. Não podemos mais ver crianças e adolescentes fora da escola durante o dia todo, nas ruas. Com isso venceremos a guerra que travamos contra as drogas. As crianças têm de estar nas escolas, que têm de ser de qualidade. Acredito na escola pública, pois sempre estudei em uma delas, que são, em muitos casos, muito melhores do que as particulares. Gostaria de salientar estes aspectos, pois nossa Comissão tem o papel de fortalecê-los, para avançarmos.

Cumprimento todos os profissionais da segurança pública presentes pelo empenho. Deixo nosso abraço ao Presidente do PT de Juiz de Fora, Rogério Freitas, e à Cidinha Louzada, representando a Margarida, universitária e nossa companheira de partido, que estiveram presentes. Quando cheguei, ela me disse que, aqui, em Juiz de Fora, não têm medo da polícia. Achei isso interessante, pois, quando éramos crianças, tínhamos medo da polícia. Isso parece algo muito simples, mas significa que a polícia local realmente consegue

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 35

desempenhar o papel de polícia comunitária. Ela é líder exigente e não diria isso caso não fosse verdade. Em Minas Gerais, gostaríamos que realmente as polícias tivessem este papel importante. Os problemas graves têm de ser tratado como exceção. Os políticos e os policiais não podem, de forma alguma, generalizar as questões. Registro este ponto positivo. Se há algum problema na polícia, trata-se de exceção, que pode ser tratada como tal, pois pode haver alguém que não mereça estar em nossa polícia. Nesse caso o problema tem de ser tratado desta maneira.

Para encerrar, gostaria de falar sobre a questão penitenciária. Gostaria que nossa Comissão, hoje ou na próxima reunião, votasse os requerimentos, para que medidas sejam tomadas. Deixo um deles de público, que é certamente da nossa Comissão, solicitando olhar especial para a questão penitenciária do Ceresp, de superlotação, que é problema generalizado em todas as regiões. Tenho dito que nosso sistema penitenciário alimenta a violência. Houve fato concreto, divulgado pela imprensa, do pedreiro de Luziânia que, com 14 anos de condenação, saiu da penitenciária, depois de 4 anos, por bom comportamento, e matou seis adolescentes em poucos dias. Vejam a fragilidade do nosso sistema penitenciário. Vejam a necessidade de tratamento, pois essa pessoa deve ter problema de saúde mental gravíssimo. Onde está a saúde no sistema penitenciário e o psiquiatra para esses casos? Gastamos R\$2.300,00 "per capita", ao mês, com os detentos, dos nossos recursos públicos, para que saiam e façam isso. E foram registrados 85% de reincidência.

Depois os Delegados poderão dizer se os nossos dados são verdadeiros ou não.

Então o que precisamos fazer e por que estou perguntando isso? Para que possamos unir esforços nessa grande batalha, a fim de completar o sucesso que existe nesta região, dando mais atenção à questão penitenciária. Sr. Presidente e Deputado Rômulo, devemos unir forças e solicitar medidas imediatas para que o sistema prisional não seja um gargalo, não seja um produtor de violência, que realmente não macule esse trabalho tão competente desta região.

Achei muito interessante o que disse o representante do Consep, pois pontuou, de uma maneira sintética, um ponto nevrálgico da região que precisa de apoio, e a Prof^a. Nyrce também confirma isso. Então o nosso objetivo, estando presentes neste encontro, é somar forças para avançarmos e valorizarmos tudo de positivo que temos. Esse é o nosso propósito, como parlamentares e representantes da Assembleia Legislativa de Minas. Na condição de representante da mulher mineira, Prof^a. Nyrce, quero dar uma contribuição também para que o nosso Estado possa superar as dificuldades que houver e fortalecer os aspectos de segurança. Como foi falado, segurança é responsabilidade das três esferas de poder e da sociedade civil. Assim, todos nós do Legislativo, do Parlamento, queremos que realmente haja um avanço nesse aspecto. Contem conosco e com a nossa Comissão nesse trabalho. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente desta Comissão. Ao abrir os nossos

debates, quero solicitar ao Dr. Gustavo que elabore um requerimento, pois temos quórum para aprová-lo. O requerimento será para que esta Comissão visite a Secretaria de Estado de Defesa Social e esteja em uma reunião junto à Subsecretaria de Administração Prisional e à Subsecretaria de Medidas Socioeducativas, a fim de tratarmos da questão da superlotação do Ceresp de Juiz de Fora, da questão prisional em Juiz de Fora e também da ocupação do Centro de Internamento Socioeducativo de Juiz de Fora por adolescentes de outras regiões de Minas Gerais. Solicito ao Dr. Gustavo que redija esse requerimento, que vou colocar em votação. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Estão abertos os debates. Passarei a palavra ao primeiro orador inscrito, o Vereador Wanderson Castelar. Peço que depois, no microfone, o Vereador explique a pronúncia do seu nome. Antes, porém, registramos a presença do Sr. Conrado Pável, representando o Sr. Flávio Sereno, gestor do Núcleo de Prevenção à Criminalidade de Juiz de Fora. Obrigado, Conrado Pável, pela presença. Passo a palavra ao Vereador Castelar, que nos dirá como pronuncia o seu nome.

O Vereador Wanderson Castelar - Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes e demais autoridades, permito-me não declinar o nome de cada um de vocês para não nos alongarmos e, sobretudo, porque o Presidente solicitou-me esclarecer a pronúncia do meu nome. Digo ao senhor que meu pai, desde o primeiro momento, quis que eu fosse o "Uanderson", como pronunciaríamos os ingleses e americanos, mas, em

Minas Gerais e Juiz de Fora, era difícil explicar isso. E me cansei de explicar, desde o primário. As professoras chamavam-me de "Uanderson", mas só elas. Fiquei cansado disso e comecei a falar só Castelar. Depois tentei "Vanderson", porque já não tinha mais idade para sempre explicar a pronúncia do meu nome. Enfim, também vamos aportuguesando a pronúncia de alguns nomes. Então acho que isso está explicado.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar as autoridades, sobretudo o Cel. Anselmo e também o Delegado Celso, pelo cumprimento das metas estabelecidas. Os números são bastante enfáticos, Vereador Flávio, no que dizem respeito a um comportamento, a uma atuação, melhor dizendo, que nos diferencia das demais regiões do Estado. Toda essa área está coberta pela Risp. Agora começamos a lidar com a nova terminologia, Risp, que é relativamente nova.

Tudo isso reflete, segundo eu penso, uma certa eficiência das nossas Polícias Civil e Militar, sobretudo essas duas, sem nos esquecer naturalmente das demais. Há uma tradição nesta região de se manter - digamos -, de alguma forma dentro da ordem, e isso tem muito a ver com o seu processo de educação e a sua formação cultural. Não tenho a menor dúvida disso. A atuação dos diversos estabelecimentos de ensino, do sistema de educação e cultura, de alguma forma sedimenta bons valores, e acho que tudo isso está presente aqui; ou seja, a combinação dessas duas tendências, acredito, justifica ou explica esses números. Contudo acho que devemos sempre querer mais, em vez de apenas nos contentarmos com o cumprimento das metas

governamentais. Temos de buscar uma situação ideal, e esta, segundo o meu entendimento, só ocorrerá se, de fato, estabelecermos uma aliança entre o governo, os seus órgãos, a sociedade e suas diversas entidades. Digo isso porque sou oriundo do chamado movimento comunitário, e tenho uma convicção muito grande de que uma política pública só é efetiva se, de fato, for capaz de descer, de ser sentida na comunidade onde as pessoas vivem e têm o seu dia a dia.

No que diz respeito à segurança pública, penso que ainda há muito a se fazer para que essa aliança entre governo e sociedade se estabeleça de uma maneira indelével. Digo isso dando exemplos. Vou citar aqui o das nossas comunidades que, em um passado não muito distante, tinham postos policiais que funcionavam com as limitações que conhecemos, mas que eram cidadelas que demarcavam a presença do poder público nas diversas regiões da nossa cidade. Com o passar do tempo, esses postos foram sendo desativados. Funcionavam efetivamente muito mal, cada vez pior, e a polícia foi, aos poucos, desativando-os. Hoje restam muito poucos. Alguns, aliás, estão com um bom funcionamento, o que atesta a necessidade desse tipo de ação.

Desta tribuna, queria defender, junto à Polícia Militar, o Comando que se faz presente e a Comissão de Segurança Pública, aqui presidida pelo Deputado João Leite - e é também composta pela minha correligionária Deputada Maria Tereza Lara, cujo trabalho sempre acompanho -, o retorno da polícia comunitária efetiva, com a vinculação aos postos comunitários. Sei que boa parte do Comando da Polícia Militar torce o bico - desculpem-me a expressão -, quando se

fala na reativação de postos comunitários, mas não entendo como haverá, de fato, polícia comunitária se ela não estiver presente fisicamente, não estiver cravada no meio da comunidade. Cito, como exemplo, o sucesso das UPPs implantadas no Rio de Janeiro, as quais geraram uma melhora efetiva nos índices de violência daquela cidade, que sabemos ser tão conflituosa. Então faço essa reivindicação.

Já tivemos a oportunidade de debater o tema nesta Casa, há oito ou nove meses, em uma audiência pública que eu propus. Assim, quero reiterar essa reivindicação, que é de toda a cidade de Juiz de Fora, para que tenhamos novamente esses postos, aquilo que a polícia diz ser mais subjetivo que propriamente objetivo. Quer dizer, a presença do posto ilude mais que efetivamente traz benefícios, mas não tenho a menor dúvida de que essa ilusão tem efeitos na população, do ponto de vista comportamental de uma determinada comunidade. Estão presentes aqui alguns líderes comunitários que podem testemunhar o que digo.

Quero apresentar aqui uma outra reivindicação, aproveitando a reunião do PPAG realizada na cidade, no ano passado. A Secretaria de Defesa Social tem um programa muito interessante destinado à prevenção da criminalidade entre os jovens, que é, se não me engano, o Fica Vivo. Pela exposição que os técnicos da Secretaria fizeram na reunião do PPAG no ano passado, o programa funciona muito bem e os resultados têm sido exitosos onde ele foi implantado. Também nessa reunião em que discutimos o PPAG, fizemos a reivindicação, uma proposta de emenda para que houvesse a interiorização, a

regionalização desse programa, mas, pelas informações que recebemos, infelizmente a nossa região, a Zona da Mata, não foi contemplada por esse processo de regionalização.

Então queria, mais uma vez, reivindicar a regionalização dessa estratégia de combate à criminalidade entre os jovens, pois, como vários dos oradores citaram aqui, há riscos de crescimento do consumo de drogas e da violência produzida pelo tráfico. Não tenho a menor dúvida quanto a defender essa proposta. Apresento-a como uma reivindicação e de uma maneira humilde, como se eu fosse aqui uma espécie de líder comunitário credenciado pela condição de Vereador. Faço isso porque estou convencido da necessidade desse tipo de política em benefício da nossa cidade e de todo o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado pela atenção de todos.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara, pela ordem.

A Deputada Maria Tereza Lara - Quero cumprimentar, de maneira especial, o Vereador Castelar, do nosso partido, e pedir à Comissão que some forças para atender a sua reivindicação, porque o Fica Vivo realmente é um programa que tem apresentado resultados. Ele é reconhecido por todos, Sr. Presidente, pela Situação e Oposição, como um projeto importante de prevenção à violência e para conservar a vida. Solicito, então, que esse pedido seja incluído no requerimento da Comissão.

Fiquei pensando sobre esta cidade e tudo que tem sido feito aqui, por isso quero dizer que é importante conservarmos os avanços e melhorá-los, cada vez mais. Não podemos baixar a guarda. É preciso, cada vez mais, melhorar esse processo, temos visto essa questão das drogas em todos os lugares. Você tem razão de pontuar isso, porque não podemos perder de vista essas ações. Deve haver uma luta árdua para que os jovens tenham a sua vida conservada. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Peço ao Dr. Gustavo que elabore o requerimento para que seja interiorizado o Fica Vivo e, especialmente, seja atendida essa solicitação de Juiz de Fora feita nesta audiência. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Rômulo Veneroso.

O Deputado Rômulo Veneroso - Penso ser interessante a inclusão, no mesmo requerimento, da região da Zona da Mata.

O Sr. Presidente - Então seria a região da Zona da Mata a ser incluída na solicitação de Juiz de Fora. Não colocarei em votação o requerimento, pois torna-se necessária uma discussão maior sobre a questão dos postos. Sou muito influenciado pelo meu pai, que foi policial da extinta Guarda Civil, um policial de rua. Ele sempre pensou que um policial parado não ajudava muito. Naquele tempo, ele andava, mas hoje as possibilidades são maiores devido aos equipamentos, como os veículos e as motos. O meu pai sempre dizia que o policial estar em movimento era muito melhor para a comunidade que

Código do documento: 790163

ele ficar estático em um lugar. Às vezes ele dizia que o policial estava cuidando apenas da casinha onde ficava parado, não ajudava o restante da comunidade. Então creio que isso carece de uma discussão maior.

Meu pai iniciou sua carreira na Guarda Civil e encerrou-a na Polícia Civil, com a extinção da Guarda Civil no regime militar. Infelizmente não tenho mais as suas orientações. Portanto carecemos de uma discussão maior, de ouvir até os policiais que estão nas ruas.

Continuando o nosso debate aberto, passo a palavra ao Sr. Reginaldo Augusto Pícoli, Presidente do Conselho Deliberativo do Consep Nordeste. Obrigado pela presença. Neste momento, queria anunciar que estão encerradas as inscrições.

O Sr. Reginaldo Augusto Pícoli - Boa-tarde a todos; Deputado João Leite, demais Deputados, Vereadores, Cel. Anselmo e todos os seus comandos, grandes amigos; Dr. Celso, representante da Polícia Civil; Maj. Mendes, representante da Prefeitura. Aproveitando a palavra dos senhores, queria presenteá-lo com a licença do Cel. Anselmo. A formatura do Proerd foi realizada com mais de 3.500 crianças, em dezembro, no Ginásio do Sport. É o resultado de um trabalho belíssimo de todos os comandados do Coronel com as crianças das escolas municipais, estaduais, e até particulares de Juiz de Fora.

- Procede-se à entrega da licença.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Recebo-a, em nome da Comissão, e vou entregá-la ao Dr. Gustavo, que trabalha no relatório,

no consolidado desta audiência, para fazer parte da nossa discussão final, que se realizará nos dias 2 e 3 de setembro, na Assembleia Legislativa. Queria aproveitar para convidar a todos para esse grande encontro, com muitos especialistas. Creio que o grande produto para esse dia será o consolidado das audiências realizadas nas 17 Risps. Muito obrigado.

O Sr. Reginaldo Augusto Pícoli - Em Juiz de Fora, há o Centro de Recuperação de Menores. O nosso Presidente disse que muitas crianças do Estado, inclusive do Sul e do Norte de Minas, vêm para Juiz de Fora. Por que não o senhor levar à Câmara de Deputados, e logicamente ao governo estadual, a sugestão de se construírem maiores centros nessas regiões? É necessária a educação preventiva do jovem infrator.

O senhor falou sobre a cracolândia de Belo Horizonte. Infelizmente ela não existe apenas em Belo Horizonte, porque, em Juiz de Fora, ela também é encontrada. Há repressão da Polícia Militar, mas faltam centros socioeducativos. Por que as Secretarias de Saúde e de Defesa Social não estudam a possibilidade de hospitais com acompanhamentos psicológico e psiquiátrico para a reintegração desses jovens, que estão perdidos para a sociedade e para as suas famílias? O problema gera aumento de roubo, assalto e, logicamente, o aumento do tráfico de drogas.

Finalizando, peço ao senhor, Presidente da Comissão, que solicite o aumento do efetivo das Polícias Militar e Civil. Há poucos elementos para cobrir toda a área devida. O trabalho é demorado, e

Código do documento: 790163

não é possível fazer a cobertura de todos os locais da cidade. Portanto é preciso aumentar o efetivo das polícias, não apenas em Juiz de Fora, mas em toda a Zona da Mata, o que deve ser feito com a união das polícias e de nós, cidadãos. O Consep, graças a Deus, tem trabalhado muito em nossa região. Os Tenentes Erik(?) e Yamaguchi(?) estão de parabéns. Graças ao trabalho deles, do Consep e dos nossos cidadãos, conseguimos obter o índice de 67,5 na diminuição da criminalidade dos 27 bairros que compõem o Consep Nordeste. Parabéns, ao nosso Cel. Anselmo, pois tudo isso vem da sua pessoa para a nossa região. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Reginaldo. Marcamos esta audiência para discutir a questão do Centro de Internação do Adolescente de Juiz De Fora, e ainda a dos adolescentes que vieram de fora para cá. O Estado tem alguns problemas em relação à construção de centros de internação. Sei, por exemplo, que em Betim, cidade dos dois Deputados que aqui estão, há uma legislação específica que proíbe a construção de unidades prisionais no Município. O governo do Estado possuía recursos, mas não teve condição de construí-las devido à legislação municipal. Em outros lugares, também há esse problema. Mas vamos discutir a questão.

Quanto à cracolândia, gostaria de obter mais informações. Amanhã haverá audiência da Comissão de Segurança Pública na Assembleia Legislativa, quando discutiremos a situação com o Sr. Cloves Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas. Queremos intervir para que haja mais recursos para a recuperação desses

dependentes químicos, mas também seria interessante a participação da saúde. Portanto espero que, amanhã, a Secretaria de Saúde participe da discussão.

Também faremos um requerimento solicitando o aumento do efetivo das polícias na Zona da Mata, e peço ao Dr. Gustavo que o elabore. Neste momento, os nossos Deputados estão ausentes, por isso colocaremos o requerimento em votação posteriormente. Muito obrigado pela participação. Com a palavra, o Vereador Flávio Cheker, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

O Vereador Flávio Cheker - Cumprimento o Deputado João Leite, Presidente da Comissão, e, na sua pessoa, os demais Deputados; cumprimento ainda o Cel. Anselmo e, por seu intermédio, as demais autoridades militares. Senhoras e senhores representantes das mais diversas entidades; companheiros Vereadores; queria pedir desculpas pelo meu atraso, mas estava em outro compromisso. Faço questão de participar desta audiência na tentativa de contribuir com o seu espírito. Há alguns anos, nós nos defrontamos com os problemas relativos à violência, tanto pelo ângulo da Comissão de Segurança Pública da Assembleia quanto pelo ângulo da Comissão de Direitos Humanos, tentando convergir esses dois pontos de vista a um problema comum, para o qual queremos uma solução comum. Em Juiz de fora, várias entidades trabalham nessa área. Conseguimos convergir o trabalho de todas, por meio do Fórum DH, de que participam várias pessoas, inclusive representantes do Estado, o Núcleo de Prevenção à

Código do documento: 790163

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 47

Criminalidade - vejo ali o Flávio Sereno -; a Sedese, da Comissão de Direitos Humanos da OAB; a Pastoral Carcerária; e a Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Essas entidades se juntaram nesse fórum para tentar potencializar o trabalho isolado que realizavam e obter uma solução para o grande problema comum da violência e de seus derivados. Temos percebido a necessidade de se investir também nas proposições em relação ao sistema, da maneira como funciona hoje, de modo a romper com o circuito de denúncias que habitualmente pautam as ações das comissões. Sou Vereador nesta Casa há cinco mandatos, o decano dos Vereadores. Sempre pertenci ao PT, partido que ajudei a fundar na minha juventude, fundadores nacionais do PT. Assinei a ata de fundação do partido, em 1980, em São Paulo, e, desde então, nunca tive outra militância partidária. Tenho sido eleito nessa sigla.

Durante o meu primeiro mandato em Juiz de Fora, havia uma unidade prisional, o famoso Presídio de Santa Terezinha, nomeado por uma autoridade do Judiciário, se não me engano, como "sucursal do inferno", devido aos problemas que hoje debatemos, como o de superlotação. No meu primeiro mandato, tive a oportunidade de visitar aquele presídio, de ver as suas condições. Ao longo dos anos, temos a impressão de que a atuação das comissões acaba não servindo à causa que queremos resolver, mas funciona como uma espécie de válvula de escape das nossas consciências. Chegamos lá, fazemos a visita, denunciemos, a imprensa fotografa os presos com as mãos para fora das grades e os representantes das comissões, olhando. Mas o problema se

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 48

agrava. Outro dia alguém disse aqui que, se há 20 anos Santa Terezinha era a sucursal do inferno, hoje o Ceresp é o inferno.

É preciso que sejamos propositivos, ou seja, que as comissões busquem sair um pouco do trabalho de denúncia, que é importante e faz com que coloquemos o dedo na ferida, e tentem contribuir com soluções no Estado e fora dele, com a responsabilização da sociedade, pois, em geral, ela não se responsabiliza. No caso do preso, particularmente, ninguém quer saber dele; ao contrário, a cultura dominante é que, uma vez preso, que fique lá e pague sua pena da maneira pior possível.

Confesso a V. Exa. que não tenho muito conhecimento, mas gostaria que esta Comissão se debruçasse sobre a proposta de modelo alternativo de acautelamento, as Apacs. Tivemos a oportunidade de visitar uma delas em Itaúna, com o representante da Corregedoria do Tribunal de Justiça, e vimos que o modelo funciona e tem dado certo no Brasil e em todo o mundo. Trouxemos essa discussão para cá. Chegou a ser formada uma diretoria da Apac, mas infelizmente não houve progresso nessa direção. Acreditamos ainda que essa solução seja plausível, até porque envolve o trabalho da sociedade, do empresariado, do voluntariado. A sociedade precisa se imbuir da ideia de que, à medida que consigamos um sistema penitenciário sem nenhuma regalia ou privilégio - é preciso tirar também o lugar comum de que direitos humanos trabalha para dar boa vida aos presos; um quase chavão que precisamos destruir -, tem de ser cumprido o que a lei prescreve, sem mais nem menos, que a lei existe e deve ser cumprida,

e o Estado tem de garantir o seu cumprimento. É fundamental o envolvimento da sociedade. O cidadão que se preocupa com a maneira como o preso é tratado legisla em causa própria, porque contribui para a construção de uma sociedade menos violenta. A grande maioria dos egressos, infelizmente, reincidem no crime, de maneira pior, cometendo delitos mais graves. Temos feito essa discussão, o que não é fácil, até porque há muito desconhecimento e desconfiança em relação ao modelo das Apacs. Quando se pensa em um modelo prisional sem Agente Penitenciário, as pessoas dizem: "Não é possível. Como isso funciona?".

Temos investido muito do nosso mandato na questão do trabalho dos apenados. Em Juiz de Fora, temos conseguido ver isso na Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires, experiência que tem dado certo. Estivemos há pouco tempo com o Guilherme, Superintendente do Estado nessa área, que nos falou que ainda há alguns entraves. Sabemos que alguns dos acautelados desenvolvem trabalhos manuais: uns costuram bolas, outros fazem meias e tricô. É uma experiência que tem dado muito certo, mas estão impedidos de trabalhar, Vereador Castelar, em suas celas. Trabalham onde são levados naquele período, mas não podem fazê-lo em suas celas; alegam questão de segurança. O sistema é claro, e quem somos nós para dizer que essa não é uma alegação de primeiríssima prioridade! Mas o que vemos, na prática, é que isso acaba sendo um estorvo, porque muitos gostariam de trabalhar nas próprias celas. Alguns trabalhos manuais podem ser desenvolvidos, desde que se mude um pouco a filosofia do sistema. Essa é uma questão

prática. Temos visto isso. As atividades que desenvolvem servem muito ao empresário, que recebe uma série de isenções - a produção é muito barata, os senhores sabem bem disso melhor que eu; para o apenado é ótimo, porque, além da remissão, tem seu ganho; e também é muito bom para a sociedade. Hoje vemos alguns acautelados, com penas cumpridas, saindo dos presídios e se inserindo no mercado de trabalho, exercendo o ofício que aprenderam lá. Já presenciei isso, mas percebo que o Estado avançou pouco: de um lado, faz o discurso de que quer incentivar o trabalho dos presos, mas, do outro, ainda há uma série de empecilhos burocráticos e práticos nessa questão.

Quero apenas deixar essas duas sugestões para V. Exa. Falo em nome da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, de que meu colega Tico-Tico também é membro, bem como do Fórum DH. É importante que, cada vez mais, estabeleçamos essa relação de parceria. Digo sempre que, embora os ângulos de abordagem sejam diferentes, estamos sempre convergindo a atenção para o mesmo problema, então todos queremos a mesma solução. Agradeço a todos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Agradeço ao Vereador Fábio Checker. Creio que avançamos muito. Só de lembrar que Santa Terezinha era cuidada pela Polícia Civil, vemos que houve um grande avanço. A Polícia Civil foi liberada para cuidar das investigações. Temos, hoje, além de Itaúna, vários lugares com Apacs, e os resultados são muito bons. Mas a Apac, como V. Exa. sabe bem, depende da comunidade, que deve querê-la. Há o projeto Novos Rumos, do Tribunal de Justiça, que tem feito um trabalho muito grande,

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 51

especialmente pelo Desembargador Alves de Andrade, que tem conseguido levar isso para muitas cidades. Espero que, com o seu trabalho e com o trabalho de vários Vereadores, consigamos implantar esse modelo que tem sido sucesso em vários lugares, principalmente pela participação da comunidade.

Com a palavra, o Delegado Saed Divan, de Matias Barbosa.

O Delegado Saed Divan - Sr. Presidente desta Comissão, meu querido amigo e irmão em Cristo, Deputado João Leite, gostaria apenas de fazer uma solicitação, como simples operador de segurança pública. Em minha cidade, na cadeia estão mais ou menos 50 presos. A Subsecretaria de Administração Penitenciária - Suape - enviou-nos cinco agentes penitenciários, como o fez com todas as cadeias do Estado de Minas Gerais. Ocorre que as cadeias públicas com menos de 100 presos ainda continuam sob a direção do Delegado de Polícia. Mas muito pior acontece nas cidades pequenas, pois a Polícia Militar tem de fazer toda a escolta de presos. Numa cidade pequena, Sr. Presidente, tira-se efetivo para escolta, para levar preso ao Juiz, levar preso ao hospital, levar preso para cá e para lá. Então, como o efetivo é pequeno, ainda pedimos mais para essas ações.

O senhor falou da liberação da Polícia Civil, e pensei que ainda não há uma liberação completa. Nossas metas são inquéritos policiais, TCOs, investigações. Infelizmente, nas cidades em que há cadeia pública com menos de 100 presos, ainda há essa responsabilidade. Por isso gostaria de fazer uma solicitação: o cronograma da Suape não tem previsão para assumir totalmente essas

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 52

cadeias. Minha solicitação é que a Comissão de Segurança Pública exija ou solicite que haja um cronograma efetivo e ágil, porque as cidades pequenas estão com essa carência em termos de efetivos da Polícia Militar. As pessoas podem pensar que 50 presos não é nada diante de um Ceresp, que tem 650 presos, mas é muito. Nossa cadeia tem capacidade somente para 16 presos. Administro o mesmo problema do Ceresp: lá a capacidade é para 16, mas estou com 50, 60 presos. A capacidade do Ceresp, na época, era para 240, mas está, hoje, com 640. Podem dizer que o diretor do Ceresp tem muito mais problemas, mas tenho os mesmos problemas que ele, dentro das minhas limitações, dentro da minha capacidade e da minha cidade. Isso está atrapalhando muito a Polícia Militar em minha cidade. Estou falando de Matias Barbosa. É preciso tirar policiamento do colégio, do hospital, da rua; tirar algumas coisas do Delegado, que está fazendo inquéritos, ouvindo pessoas, atendendo às metas do governo. Temos de nos deslocar para a cadeia para resolver um problema com um preso, por exemplo e, se houvesse cronograma, a situação seria melhor. Se disserem, por exemplo, que assumirão todas as cadeias em 2010 ou 2011, seria muito bom. Pelo menos, nos darão um pouco de satisfação. Sei que para a Polícia Militar é mais difícil, porque ela faz transporte, tem de providenciar viaturas etc. Para eles, é mais difícil, mas, para a Polícia Civil, as coisas são mais fáceis: eles podem designar um dos cinco agentes ou mandar um funcionário da Suape para assumir a direção. Os cinco agentes já estão tomando conta, por isso não vai ser difícil. Se mandarem mais um funcionário, poderemos tirar o

Delegado dessas funções. Vamos puxar a sardinha para a Polícia Civil. Se tirarem a Polícia Civil, já seria meio caminho andado, e isso pode ser feito rapidamente. Essa é a minha solicitação à Comissão de Segurança Pública. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Vamos fazer um requerimento para encaminhar essa solicitação. Dr. Saed, o senhor poderia conversar com o Dr. Gustavo para ajudar na confecção desse requerimento. Iremos votá-lo, pois é algo importante. Podemos saber do Comandante da região quantas cadeias ainda estão sob a responsabilidade da Polícia Civil e quantos presos há na região?

O último orador inscrito é o Vereador Antônio Martins, o Tico-Tico.

O Vereador Antônio Martins - Boa-tarde, Deputado João Leite, membros da Comissão, autoridades, senhoras, senhores e demais presentes. Esta é uma oportunidade para termos conhecimento de várias situações não só do Estado, como também da região e do Brasil. Sabemos que, no Brasil, temos mais de 500 mil cidadãos presos. Se forem julgados os que esperam julgamento, creio que esse número deve dobrar. Acredito que o Deputado sabe disso. Falou-se em prevenção. É importantíssima, a meu ver, a prevenção; é o maior investimento que se faz, pois impede que aconteça o delito, a ação. O senhor falou do PPA de 2011. É importante olhar isso com carinho, porque não se faz nada sem "din-din"; não se faz nada sem dinheiro, projetos, ação e cobrança. A união dos Poderes e das autoridades é importantíssima e

trará grande ganho para o nosso Estado e para o nosso país. Tenho certeza disso.

Parabenizo o representante da Polícia Militar, o Comandante, por nos ter mostrado isso. Parabéns ao senhor e a todos os seus subordinados, porque é com esse entendimento que os dados vêm caindo. Olhando o gráfico ali, vemos que ele combate o crime. Existem crimes, mas a importância da ação faz a diferença. Tenho orgulho de falar que moro em Minas Gerais, que a Polícia Militar de Minas Gerais é a melhor do Brasil. Tenho orgulho de falar isso e o faço com ênfase. É verdade: não estou falando isso para agradar. Parabéns a todos e que Deus continue iluminando a Polícia Militar de Minas Gerais. Que, a cada dia, ela tenha recursos, homens competentes para acabar com a criminalidade no Estado de Minas Gerais. Ao representante da Polícia Civil, parabéns pelo levantamento que está fazendo em nossa cidade e em nossa região. A meu ver, precisaríamos de dez vezes mais agentes em ação. Pela população de Juiz de Fora, precisaríamos de dez vezes mais agentes, mas quero saber dos policiais que estão em ação em Juiz de Fora e região. Às vezes, os agentes estão doentes, de férias. Temos reais trabalhadores atuando na região da zona da Mata.

Gostaria de saber se há algum projeto para aquele cidadão que já cometeu um delito, foi preso, cumpriu sua pena e, depois de um determinado tempo, volta outra vez ao sistema. Há algum projeto para esse cidadão? É muito triste uma pessoa cumprir, por exemplo, uma pena de sete anos e voltar ao sistema depois por outro delito. Será

que lá dentro é tão bom assim? Já visitei o Ceresp; sabemos que lá não há nada de bom para o cidadão. Falo que é preciso que, no PPA, sejam incluídos projetos de qualificação profissional para os jovens de áreas periféricas. Quando subimos a uma área periférica, a uma comunidade pobre, por volta de 3, 4, 5 horas da tarde, vemos uma grande quantidade de jovens sem nada para fazer. Até querem trabalhar, mas precisam de oportunidades. Que investimentos há para esses jovens? É preciso investirmos em qualificação profissional dos jovens; é preciso que haja projetos. Quando se chega a uma empresa para pedir trabalho, a primeira coisa que perguntam é sobre experiência, então não se consegue vaga. Por isso é preciso investir muito na qualificação profissional dos nossos jovens.

Falar depois dos que me antecederam não é bom, pois eles sabem um milhão de vezes mais que eu. Quero pedir a Deus que ilumine cada um de nós e que sejamos atores de segurança, que passemos à polícia as informações. Não deixem acontecer aquilo que estão vendo. Temos de dar a nossa colaboração à Polícia Militar e à Polícia Civil. É preciso que cada um de nós seja um agente de segurança onde estivermos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Vereador Tico-Tico, o governo do Estado tem um programa chamado Projeto Regresso. As empresas fazem parte dessa parceria e recebem recursos do governo para que aceitem egressos do sistema penitenciário.

Na fase de debates, solicito ao Delegado Federal que informe a esta Comissão quantos Municípios estão sob a

responsabilidade da delegacia de Juiz de Fora e qual é o efetivo da Polícia Federal para fazer esse trabalho na região. Por favor, o senhor poderá utilizar o microfone. Como expliquei no início, esta audiência pública está sendo gravada e, posteriormente, será transformada em um documento. Portanto essa informação é importante para nós.

O Delegado Humberto de Mattos Brandão - Lamentavelmente, Deputado João Leite, não tenho essa informação. Hoje, como ocorrem dois eventos na Polícia Federal, o nosso chefe, que possui esses dados, compareceu a um deles e não pôde vir aqui. Fui pego de surpresa e vim, mas me comprometo a repassar esses dados a V. Exa. no período da tarde.

O Sr. Presidente - Sugiro que façamos um requerimento solicitando à Polícia Federal que informe esses dados. Dessa forma, não perderemos essas informações, que são importantes para nós.

O Delegado Humberto de Mattos Brandão - Como devemos repassar-lhes dados precisos que não tenho neste momento, prefiro resguardar-me e, mais tarde, fornecer-lhes as informações corretas.

O Sr. Presidente - Muito obrigado.

Ouvimos falar sobre os efetivos da Polícia Militar e da Polícia Civil. Indagamos ao Cel. Anselmo e ao Dr. Celso como está a relação entre população e efetivos nas duas polícias. Essa é uma informação importante para nós.

O Cel. Anselmo Fernandes da Silva - Deputado João Leite, não existe nenhum precedente em literatura que trate especificamente
Código do documento: 790163

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 57

dessa relação. Existe um dado, que muitos reputam à ONU, de 240 habitantes para cada policial, mas entendo que, se tivermos recursos humanos e materiais, teremos onde empregá-los. Efetivo é como dinheiro: quanto mais se tem, mais se emprega. Por exemplo, tenho um Gol, mas se puder, comprarei um C4 Pallas. O Comando da Polícia Militar possui um programa específico, ou seja, colocar sete policiais em cada destacamento, por menor que seja. Isso está sendo cumprido à risca. Posso garantir que o nosso efetivo na região é suficiente. Se eu tivesse mais, mais poderia fazer. Se se perde em quantidade, deve-se ganhar em profissionalismo, qualificação, fazer com que cada policial seja motivado a trabalhar sempre melhor. Essa é uma profissão de sacerdócio. Os nossos policiais estão imbuídos disso. Não posso dizer que, se viessem mais mil homens, não teria lugar para colocá-los. O que tenho hoje atende, de forma satisfatória, à região.

Embora tenha sido feita a votação do Vereador Castelar, gostaria de falar sobre o programa Fica Vivo. É um programa de redução da criminalidade entre jovens e voltado, basicamente, para a questão de homicídios. Como foi dito aqui, Juiz de Fora ainda não foi beneficiada com esse programa pelo governo - que também tem o seu cobertor pequeno -, em função de prioridades governamentais: é lógico que devemos atacar os locais onde o problema é mais sério, e não nos locais em que a criminalidade está controlada. O programa Fica Vivo é muito importante, mas, no momento, outras regiões do Estado precisam dele mais que nós.

Gostaria, se for permitido, de fazer mais duas colocações: no que diz respeito a postos policiais, a literatura mundial condena postos policiais fixos. Somos contra a instalação de postos policiais, porque a criminalidade é dinâmica, migratória. Por exemplo, se colocarmos um posto policial aqui, o bandido não cometerá delitos aqui, mas em outro lugar. Temos mecanismos mais modernos, como a base comunitária móvel. Se detectarmos que, em determinado local, a criminalidade está evoluindo, temos de manter a ordem nesse local. Se a criminalidade cessar ali e migrar para outro lugar, devemos combatê-la onde estiver, temos capacidade para isso. O posto policial fixo engessa a atuação policial. Por exemplo, o posto policial do Cascatinha foi construído na época em que se desejava colocar um cinturão na cidade. Hoje, existem saídas pelo Bairro Aeroporto, pelo Acesso Sul e pelo Bairro Teixeira. Aquele posto foi retirado dali e transferido para o Parque da Lajinha, que está fora da saída, porque o Acesso Sul fica depois do Parque da Lajinha. Esse posto policial deveria estar no trevo da BR-040.

Quanto a policiamento comunitário, existem diversas outras maneiras de executá-lo sem que se necessite da presença estática da Polícia Militar. Podemos marcar território, marcar presença sem posto policial fixado efetivamente no território por um tempo demasiadamente grande. Pode parecer paradoxal, mas tivemos um posto policial, Deputado, que ficava próximo de uma boca de fumo, de um ponto de tráfico de drogas. Poderão perguntar: "Coronel, isso é um absurdo. O que os policiais faziam lá?". Essa situação se aplica

àquele ditado conhecido por todos: o cachimbo faz a boca torta. Com o passar do tempo, as pessoas vão desacreditando no que é feito, e isso se transforma em uma escala. Ninguém é dono de escala. Se dissermos para todos ficarem assentados durante algum tempo, todos ficarão, mas ninguém limpará o lugar que outro deixou sujo.

Hoje, trabalhamos com o conceito de setorização: cada policial militar é responsável por um setor, de acordo com a sua graduação. Se alguém perguntar a um policial do centro da cidade, que trabalha na Rua São João, o que funciona no número 229 dessa rua - não sei se existe -, ele dirá que funciona uma casa lotérica, uma farmácia, um supermercado ou uma farmácia de manipulação. Existem, então, muitas outras formas de policiamento comunitário, além do posto policial, que somente dá certo no Japão, cuja cultura é completamente diferente da nossa. Lá até a distribuição de correspondências é feita por intermédio de postos policiais. É um sistema completamente diferente do nosso e que funciona muito bem. A literatura mundial condena posto policial fixo, embora isso funcione muito bem no Rio de Janeiro, onde existe uma estrutura bem diferente - e não é apenas a Polícia Militar, mas uma parceria entre escola, religião, saúde, enfim, o Estado se faz presente como um todo, e não só a Polícia Militar, as forças policiais.

Deputado, como estão sendo feitas algumas votações, gostaria de tocar num ponto: há uma lei que limita, em 15 minutos, o tempo de espera de cada cliente em bancos, a fim de se evitarem grandes filas. Como estratégia, para que essa lei seja cumprida,

disseminou-se o atendimento em casas lotéricas, e o atendimento bancário foi pulverizado. Os bancos, como sabemos, têm segurança privada, mas isso não ocorre com as casas lotéricas. Hoje em dia existe uma prática que é pior ou melhor, dependendo-se do ângulo observado: muitas "bonbonnières", pequenos bares e papelarias recebem as contas que a Caixa Econômica recebe e, com isso, a vulnerabilidade deles ficou muito grande. Assim, a criminalidade passou a ter ganho fácil e farto, porque é muito grande o volume de dinheiro depositado em pagamento de impostos, taxas de água, cartões de crédito, principalmente em bairros mais distantes que não são dotados de agências bancárias. Compreendo a estratégia dos bancos, ou seja, pulverizar o atendimento para que a lei seja cumprida, mas locais como casas lotéricas devem ter segurança adequada. Não sei se faz parte da legislação estadual, mas deveria ser criado um dispositivo legal obrigando que casas lotéricas tenham seguranças particulares, a fim de se criar uma barreira psicológica contra a ação de criminosos que, porventura, almejem assaltar esses locais. Era o que gostaria de dizer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Cel. Anselmo. Com a palavra, o Delegado Celso Ávila Prado, Chefe do Departamento de Polícia Civil de Juiz de Fora.

O Delegado Celso Ávila Prado - Caro Deputado João Leite, desde o primeiro momento em que pisei no solo de Juiz de Fora, ouvi dizer que a deficiência dos quadros da Polícia Civil era iminente. De imediato, conforme disse, determinei a realização de um diagnóstico

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 61

para conhecer a realidade do Município e das demais cidades que compõem o 4º Departamento. Sabemos que o Governador do Estado, por meio de um estudo científico, de dados estatísticos do próprio INDG, publicou o decreto do quadro de distribuição de pessoal de todo o Estado de Minas Gerais, contemplando-se todos os Municípios mineiros. Ficou estabelecido, de memória, que o menor Município do Estado terá um Delegado de Polícia, um Escrivão e três Agentes de Polícia. Assim foi feito para todos os Municípios. O que me comprometo a passar para a Comissão de Segurança Pública é justamente o número do decreto, a data de sua publicação e o que está previsto, no entanto isso não será suficiente para uma análise. Sabemos que a questão de pessoal é complexa, depende tanto do governo do Estado quanto da Assembleia Legislativa e - diga-se de passagem - tem sido feita muito bem. O Governador tem autorizado a realização de concursos públicos para as carreiras da Polícia Civil, tem autorizado o chamamento de excedentes para o suprimento das deficiências de servidores. Estão sendo formados pela Academia da Polícia Civil, em Belo Horizonte, 800 Agentes de Polícia, que serão destinados a cidades do Estado. Portanto, algo está sendo feito para suprir as deficiências. Como disse o Cel. Anselmo, quanto mais se tem, mais se precisa.

Perguntaram-me - não me recordo quem foi - o seguinte: com esse quadro deficiente, como está se produzindo tanto? Como as metas estão sendo superadas? Em primeiro lugar, reputo esse resultado à dedicação dos servidores, à vocação que o Cel. Anselmo mencionou, ao compromisso de cada servidor da Polícia Civil com o seu trabalho; e,

em segundo lugar, com foco, planejamento e direcionamento daremos uma resposta à sociedade.

Gradativamente, então, a Polícia Civil caminha. Está passando por várias transformações e mudanças, em prol da eficiência e eficácia de seus trabalhos, que refletem diretamente na sociedade como um todo. Queria comprometer-me com a Comissão a passar esses dados estatísticos de forma oficial.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Mesmo assim, faremos o requerimento, a fim de que tenhamos tudo documentado. Agradeço a presença e a participação do Deputado Rômulo Veneroso, membro desta Comissão, a quem concedo a palavra.

O Deputado Rômulo Veneroso - Boa-tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Comissão, Deputado João Leite, a Deputada Maria Tereza Lara e todos os demais presentes. O compromisso da Comissão de Segurança Pública está sendo cumprido mais uma vez. Nosso Presidente determinou que a Comissão visitasse 16 Risps, esta é a décima visita. Esse tipo de mobilização sempre acrescenta muito, já que uma de nossas funções é estarmos sempre colaborando com as causas que dizem respeito à segurança pública do cidadão mineiro.

É com muito entusiasmo e alegria que estamos vendo as metas sendo cumpridas, de acordo com os resultados apresentados tanto pela Polícia Militar quanto pela Polícia Civil. Percebemos como os números estão sendo comemorados. Nós, que vivemos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, convivemos com índices alarmantes de violência, já que os dois primeiros lugares da lista são Contagem e Belo Horizonte.

A região de Juiz de Fora está alcançando números que realmente nos deixam entusiasmados, mas, como se diz, não podemos parar. É por isso que estamos encaminhando esses requerimentos, desde já colocando a Comissão à disposição de Juiz de Fora e da região da Zona da Mata.

Parabéns à Comissão e a todos os que estão envolvidos nesse trabalho árduo, pois os resultados estão aparecendo. Foi dito que o Estado estava distante dessas possibilidades de trabalho. Realmente houve uma evolução na segurança pública nos últimos seis anos, no que se refere a equipamentos e até mesmo a material humano. Isso é resultado do investimento que está sendo feito. Quando o orçamento chega à Casa, a batalha de todos é constante, com o objetivo de destinar mais recursos à segurança. Parabéns a Juiz de Fora e à Zona da Mata por esses resultados. Tenham certeza de que acompanharemos de perto a evolução desse processo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputado Rômulo Veneroso, pela presença e pelo trabalho na nossa Comissão. Agradeço a todos a grande contribuição. Quero dirigir-me ao Cel. Anselmo, que expôs uma preocupação com a modernidade. É interessante que cada mexida na questão da segurança pode abrir outro flanco. E foi aberto um flanco perigoso. Só que temos de ter muito cuidado com essa questão. No que diz respeito aos bancos, podemos estar invadindo a competência de legislar da Câmara Municipal. Muitas vezes, a segurança dos bancos é privada, e podemos estar invadindo a competência federal. Solicito ao Dr. Gustavo que façamos o encaminhamento à Consultoria da Assembleia Legislativa, para que ela faça uma avaliação. Se a Casa tiver

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 64

competência, a Comissão de Segurança apresentará projeto de lei. Se for competência municipal, informaremos as Câmaras sobre a importância da matéria. Estamos levando a sério o que o senhor nos trouxe, realmente a questão se fragilizou com as lotéricas, "bomboniéres", etc., sem nenhuma segurança para o recebimento de recursos. Se for competência federal, encaminharemos à União. É um tema muito interessante para discutirmos nos dias 2 e 3, no fórum técnico que acontecerá na Assembleia Legislativa. Sei que jogamos muita coisa para o Dr. Gustavo, mas eu queria fazer esse reforço, porque o Cel. Anselmo mencionou algo importante, que deve merecer a atenção da Comissão de Segurança Pública da Assembleia.

Agradeço a contribuição de todos. Restaram ainda alguns requerimentos para serem votados. Aliás, está chegando mais um. Num deles, pedimos informações aos órgãos de segurança sobre o combate ao crime na região, inclusive estatísticas e dados sobre a resolução de crimes. É importante termos essas informações, para subsidiar a discussão que acontecerá em setembro na Comissão. Também pedimos que seja encaminhado ofício à Polícia Federal de Juiz de Fora, solicitando informações sobre o número e identificação dos Municípios atendidos por essa circunscrição da Polícia Federal, bem como sobre o efetivo policial da unidade. Outro requerimento é para que seja encaminhado ofício à Secretaria de Defesa Social solicitando providências para que a Subsecretaria de Administração Prisional elabore e apresente um cronograma para a assunção, pela parte, da custódia de preso, atualmente sob a guarda da Polícia Civil na Zona

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura

13/4/2010 - 10 horas

Pág.: 65

da Mata. Nós já votamos o requerimento da visita para discutir a superlotação na região e também o do Fica Vivo. Solicito ao Dr. Gustavo que elabore o requerimento a fim solicitarmos à Polícia Rodoviária Federal que informe quantos postos existem nessa região, o efetivo e a malha, ou seja, os quilômetros que estão sob a circunscrição dessa delegacia da PRF na Zona da Mata, dizendo ainda quantas são as BRs. A BR-040 está incluída, e não sabemos se há outras e se estão sob a responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal ou já sob a responsabilidade da Polícia Rodoviária Estadual. Em votação, os requerimentos, cada um por sua vez. Os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovados. O requerimento para que seja agilizado o cronograma de transferência de presos sob a guarda da Polícia Civil para a gestão da Secretaria já foi colocado em votação.

Reitero os nossos agradecimentos à Câmara Municipal de Juiz de Fora. Agradeço a presença de tantos policiais militares nesta manhã, que vieram de Ubá, de Leopoldina, de Muriaé. Agradeço aos policiais civis. Agradeço às representações das Secretarias de Educação e de Desenvolvimento Social. Agradeço a participação de todos.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a reunião de amanhã, às 15 horas, no Plenarinho III da Assembleia Legislativa, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.